

## “CAPACITAÇÃO” PARA AS CULTURAS POPULARES: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PARA OS MARACATUS DE BAQUE SOLTO

Leonardo Leal Esteves<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste ensaio, procuro desenvolver algumas reflexões iniciais, acerca das atuais ações de “formação” para as culturas populares. Nos últimos anos, a relação do poder público com as manifestações de cultura popular passou por um intenso processo de institucionalização e burocratização. Estas mudanças, se por um lado parecem ter sido necessárias para garantir isonomia e transparência, por outro, têm gerado inúmeras dificuldades para determinados segmentos. Tentando minimizar tais dificuldades, o poder público, tem desenvolvido uma série de ações de “capacitação”, como forma de instrumentalizar os agentes a operar os mecanismos recém-criados. Apesar disto, discute-se até que ponto estas políticas são adequadas, diante das particularidades do universo de manifestações, como o maracatu de baque solto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Cultura Popular; Maracatu de Baque Solto.

### Introdução:

Neste trabalho procuro apresentar algumas reflexões iniciais que surgiram a partir de minha experiência, desde o ano de 2008, como Analista em Cultura<sup>2</sup> da Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda – PE e que tenho procurado aprofundar ao em minha pesquisa de doutorado em antropologia na UFPE. Há algum tempo tenho participado ativamente de diversas atividades relacionadas à área das políticas culturais, no âmbito municipal, estadual e nacional e acompanhei, de forma muito próxima, as dificuldades na relação entre alguns representantes das chamadas “culturas populares” com o poder público.

As políticas públicas de apoio, incentivo e fomento voltadas para o campo cultural tem passado por um crescente processo de institucionalização e burocratização na atualidade. Estas mudanças tem sido necessárias em função das exigências cada vez maiores, por parte da sociedade e dos órgãos de controle da administração pública, para cumprimento das normas e legislações que garantam uma maior isonomia, transparência e democratização no acesso aos recursos públicos.

Com isto, as relações do poder público com os artistas e os grupos culturais, passaram a se estabelecer, cada vez mais, por meio de procedimentos, tais como a participação em editais de concorrência pública, elaboração de projetos, formalização das entidades, tributação

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE); leonardoesteves@gmail.com.

<sup>2</sup> Atividade do quadro permanente da Prefeitura de Olinda criada em 2008 com as atribuições a seguir de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Município. Planeja, coordena e executa atividades relacionadas à cultura. Elabora planos, programas e projetos a fim de contribuir para a preservação e desenvolvimento cultural do município.

e a cobrança permanente da prestação de contas. Tais processos se apresentam de forma bastante contrastante, em relação às práticas predominantemente patrimonialistas que o governo costumava estabelecer com os diferentes agentes culturais ao longo da história.

Estas mudanças, se por um lado, parecem ter sido necessárias para garantir uma maior justiça e eficácia na aplicação dos recursos públicos, por outro, tem engendrado grandes dificuldades e desafios para aqueles que não estão muito habituados com os trâmites institucionais e burocráticos estabelecidos pelo governo. Percebe-se, particularmente, uma grande dificuldade por parte de alguns brincantes de manifestações das culturas populares em lidar com os atuais processos “racionais” e “objetivos” de apoio, incentivo e fomento cultural.

Tentando minimizar tais dificuldades o poder público, em suas várias instâncias federal, estadual e municipal, tem desenvolvido uma série de ações de “capacitação”, como forma de instrumentalizar os agentes a operar os recém-criados mecanismos de acesso aos recursos públicos e às ações de apoio, incentivo e fomento governamentais. Apesar disto, discute-se até que ponto estas políticas de “formação” são adequadas, diante das particularidades do universo das culturas populares.

A partir deste trabalho, portanto, procuro trazer algumas reflexões iniciais acerca de como integrantes da manifestação popular chamada de “maracatu de baque solto” (também conhecido como “maracatu de orquestra” ou “maracatu rural”) tem se relacionado com estes processos de “capacitação” promovidas pelo poder público.

O maracatu de baque solto, como se sabe, é uma manifestação historicamente associada aos trabalhadores dos antigos engenhos da região da Zona da Mata de Pernambuco, constituída em sua maioria por ex-cortadores de cana, com baixos níveis de escolaridade que, apesar da crescente valorização e incentivo por parte a indústria cultural e do poder público, é caracterizada por elementos um tanto particulares, em função da condição de classe de seus integrantes.

Neste trabalho, deste modo, procuro desenvolver algumas reflexões preliminares, em diálogo com autores do campo da antropologia e educação, para chamar atenção sobre a necessidade de pensar em políticas diferenciadas para o segmento das culturas populares. Acredita-se que, deste modo, este estudo poderá contribuir, ainda que de modo inicial, para uma ampliação das discussões acerca das políticas públicas para o campo cultural.

## 1. A burocratização das políticas públicas no campo das culturas populares

As políticas públicas voltadas ao campo cultural, de um modo geral, tem passado por um lento e gradual processo de institucionalização e burocratização, desde que iniciaram mudanças mais gerais em busca da “modernização” do Estado brasileiro nos anos 1930. A partir daquele período, a administração pública sofreu uma série de alterações em sua estrutura e normatização, com o intuito de suprir a crescente necessidade de transformações relacionadas ao espírito “desenvolvimentista” no país (Calabre, 2009; Gruman, 2008; Rubim, 2007).

Desde então, o Brasil tem caminhado para a implementação de políticas culturais em diversas áreas. É importante ressaltar, contudo, que apesar deste esforço, boa parte das políticas públicas mais diretamente relacionadas ao apoio, incentivo e fomento voltadas para ao campo das culturas populares, foram desenvolvidas e regulamentadas, de forma mais sistemática e estruturada, somente nas últimas décadas (Costa; Mello; Fontes Juliano, 2010; Gruman, 2008; Rubim, 2007).

Observa-se, que antes disso, a relação do poder público com este segmento cultural se dava, muitas vezes, de um modo bastante patrimonialista (Calabre, 2009; Gruman, 2008; Rubim, 2007). Ao longo da história, a figura do político como apoiador ou “padrinho” de determinados artistas e grupos populares era recorrente, como estratégia de promoção política da sua gestão. As relações de compadrio e de pessoalidade entre políticos e os artistas ou representantes dos grupos eram (e, em alguns contextos, ainda são), em geral, determinantes para o estabelecimento de contratos e convênios com o poder público<sup>3</sup> (Costa; Mello; Fontes Juliano, 2010).

Acredita-se que, apenas nas últimas décadas, o governo federal passou a implementar um esforço mais incisivo para recompor e ampliar a presença do Estado no campo das políticas culturais iniciada nos anos 1930, criando ações mais sistemáticas para esta área, ao mesmo tempo em que passou a retomar e fortalecer o processo de burocratização e controle institucional mais geral, utilizando um discurso de democratização, com o objetivo de atender às demandas dos movimentos sociais e de se adequar às exigências cada vez maiores dos órgãos de controle da administração pública (Calabre, 2009; Rubim, 2007).

De acordo com Arantes et al. (2010), além disto, - apesar da Constituição prever, desde a sua promulgação em 1988, uma maior isonomia e transparência nos investimentos

---

<sup>3</sup> Em sua tese de doutoramento, Albernaz (2004), por exemplo, discute sobre a importância da figura pessoal do Governador José Sarney, no final dos anos 1960, no processo de apoio aos grupos de Bumba meu Boi no Maranhão, de acordo com alguns mestres e brincantes.

públicos, assim como um controle mais intenso por parte do Legislativo sobre as ações do governo - foi apenas a partir da última década que estas práticas de controle sobre a administração pública passaram a ser realizadas de forma mais efetiva, por meio de órgãos, tais como o Tribunal de Contas e o Ministério Público e com a participação mais ativa da sociedade civil.

A partir desta fase, passou-se a observar que as ações de apoio, fomento e incentivo ligados às manifestações culturais, de um modo geral, passaram a ser realizados frequentemente por meio de mecanismos de concorrência e de editais públicos e da exigência, dentre outros elementos, de formalização das entidades proponentes, do registro e tributação permanente das mesmas, da elaboração de projetos<sup>4</sup> culturais e da prestação de contas permanente por parte dos contemplados e/ou selecionados (Costa; Mello; Fontes Juliano, 2010).

Estas mudanças inauguraram uma fase inédita na relação do Estado com as chamadas “manifestações populares”. Se até o momento as ações de apoio, incentivo e fomento em relação às expressões populares havia sido caracterizada pela manutenção de antigas relações patrimonialistas, a partir de agora, esta relação irá se transformar cada vez mais radicalmente, de modo a atender às exigências dos órgãos de controle e às expectativas de suposta democracia, isonomia e transparência no acesso aos recursos públicos.

Neste contexto, a relação do poder público com as culturas populares ganhou um razoável nível de complexidade, na medida em que passou a exigir dos diferentes representantes deste segmento, um processo cada vez maior de formalização, “formação” e “profissionalização”, consagrados em outros campos da administração pública, mas que, de um modo geral, aparentemente se tornaram incompatíveis com a tradição de muitos dos representantes das manifestações populares.

Visando minimizar possíveis dificuldades, o poder público tem realizado uma série de ações de “capacitação” para que estes “agentes culturais” possam lidar com mais facilidade com os atuais mecanismos de apoio, incentivo e fomento governamental. Conforme documento oficial elaborado pela Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, por ocasião da discussão do Sistema Nacional de Cultura, “um dos desafios centrais para o fortalecimento da produção e da difusão de bens e serviços culturais no Brasil é a capacitação profissional” (Costa; Mello; Fontes Juliano, 2010, p. 70).

---

<sup>4</sup> Estes projetos culturais possuem um razoável nível de complexidade e, em sua elaboração, são necessários constar uma série de itens que possibilitem subsidiar a sua análise, tais como, objetivo, justificativa, plano de execução, planilha orçamentária, propostas de retorno institucional, etc. Para isto, são necessários conhecimentos formais de redação, conhecimentos gerais, contabilidade, dentre outros.

Neste sentido, os órgãos relacionados ao campo cultural na administração pública tem promovido uma quantidade expressiva de seminários, cursos, oficinas, dentre outros mecanismos, para habilitar os possíveis proponentes neste campo a participar de editais, a formalizar suas entidades, a registrar-se frente aos órgãos de controle fiscal e a elaborar projetos culturais de modo a que estes artistas e grupos culturais possam se tornar aptos a acessar aos recursos públicos na “forma da lei”.

Apesar de todo o esforço, me pergunto até que ponto estas tentativas de “formação” para que os grupos culturais possam se formalizar e dominar os mecanismos de acesso às políticas públicas de apoio, incentivo e fomento são adequadas para alguns representantes da chamada “culturas popular”. Como poderemos ver adiante, no caso do maracatu rural há dimensões inerentes à condição de classe de seus integrantes que parecem estabelecer uma série de dificuldades à apreensão destes mecanismos burocráticos atualmente utilizados pelo poder público no campo cultural.

## **2. Reflexões sobre as políticas de “formação” em relação ao maracatu rural**

O maracatu rural tem sua história relacionada às tradições populares dos trabalhadores do corte de cana dos antigos engenhos da região da Zona da Mata de Pernambuco. De acordo com autores que pesquisaram o tema, esta manifestação foi constituída por influências de diversos folguedos e está relacionada a uma série de práticas e elementos simbólicos compartilhadas entre grupos sociais desta região (Guerra-Peixe, 1980; Nascimento, 2005; Real, 1980).

Como observam estes autores, esta manifestação, durante muito tempo, foi considerada uma espécie de folgança de carnaval, quando as classes trabalhadoras do corte da cana e pessoas ligadas a outras pequenas atividades nos engenhos costumavam se reunir, para “sambar”, utilizando diferentes sonoridades, instrumentos, bailados e improvisos e trazendo a influência de diversas outras manifestações populares.

Um importante aspecto a ser destacado em relação a esta manifestação, entretanto, diz respeito à origem social dos seus integrantes. Percebe-se que os folgazões do maracatu rural são normalmente pessoas ligadas ao corte da cana nos antigos engenhos, originários das camadas populares e com baixos níveis de escolaridade ou, muitas vezes, sem qualquer acesso à educação formal (Medeiros, 2005).

É importante salientar que, conforme Bourdieu (2006), as diferenças de capital econômico, cultural, social e simbólico ligadas a cada classe em uma determinada estrutura

social (como a posse de bens, o acesso a um determinado nível de educação formal, a rede de amizades e o *status* social), estabelecem situações assimétricas entre as classes.

De acordo com este autor, tais assimetrias contribuem para que um elemento considerado banal, comum, ou mesmo, necessário para os que ocupam uma posição mais alta em uma sociedade, seja percebido como um aspecto raro, incomum ou, até mesmo, inacessível para agentes de uma posição mais baixa da estrutura social (Bourdieu, 2006).

Há, portanto, elementos relacionados à própria dimensão de classe dos integrantes de manifestações populares como o maracatu rural, como o acesso à educação formal, que tendem a impor restrições significativas, em alguns aspectos da vida cotidiana de seus agentes.

Como observa Bourdieu (2009, p. 221):

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a “distinção” – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como “cultura” (no sentido dos etnólogos) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento, e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes.

Como foi mencionado, as políticas públicas voltadas para o campo das culturas populares passaram a ser, cada vez mais, acompanhadas por um forte processo de institucionalização e burocratização no sentido weberiano, na atualidade. E, com vistas a minimizar possíveis as dificuldades enfrentadas por parte de alguns destes agentes em relação aos atuais mecanismos de acesso aos recursos públicos, os órgãos governamentais tem promovido ações de “capacitação” para tentar ensiná-los a lidar com a atual burocracia.

Estas ações podem ser consideradas, de alguma maneira, uma forma daquilo que Nancy Fraser (2006) chama de “políticas de redistribuição”. De acordo com a autora, estas políticas tem, supostamente, o objetivo de oferecer meios para a promoção da igualdade entre os diferentes grupos existentes na contemporaneidade, na tentativa de reverter injustiças sociais. Tais ações levam em consideração a necessidade de superar ou minimizar as diferenças entre os diversos grupos sociais e propõe formas de distribuir “recursos” de modo mais equânime.

Mas, aparentemente, é possível observar também, neste caso específico, que tais políticas podem ter como base o que McLaren designou como “multiculturalismo humanista liberal”, que conforme Candau (2005, p. 24):

Parte da afirmação da igualdade intelectual entre diferentes etnias e grupos sociais, o que permite a todos competir na sociedade capitalista. Para que essa competição se possa dar, é necessário remover os obstáculos por meio de reformas orientadas e melhorar as condições econômicas e socioculturais das populações dominadas. Para tal, podem ser criados programas específicos dentro do modelo social vigente. Essa posição segundo o autor, reveste-se frequentemente de um humanismo etnocêntrico e universalista, que privilegia os diferentes grupos dominantes.

Em outras palavras, estas ações de “capacitação” ou “formação”, apesar de serem estratégias pensadas para lidar com a “alteridade”, parecem não ser suficientes por estarem baseadas no modelo social vigente e nos valores dos grupos dominantes. Percebe-se que as dificuldades enfrentadas pelos artistas e representantes de grupos de cultura popular, como o maracatu rural, muitas vezes, como a dificuldade de acesso à educação formal, tem uma raiz muito mais profunda e está ligada à própria condição social dos agentes.

A mera tentativa de ensinar a lidar com os atuais mecanismos burocráticos, portanto, como por exemplo, o aprendizado acerca da elaboração de um projeto cultural ou da formalização de uma entidade frente aos órgãos de controle, não parece ser suficiente, pois esbarra em dificuldades anteriores, tais como o analfabetismo de boa parte dos brincantes. Há de se considerar também, ao menos em parte, como observa Oliveira (2005), que o ensino de adultos não escolarizados possui complexidades específicas que, em alguns casos, são superiores à educação das crianças<sup>5</sup>.

Além disto, é importante ressaltar que é o próprio Weber que chama a atenção para as ambigüidades do processo de burocratização. Se por um lado a burocracia se faz necessária na modernidade, para garantir a isonomia, a transparência, a democratização e a eficácia das políticas públicas, por outro, a sua “objetividade” e “racionalização”, muitas vezes é estabelecida de forma bastante verticalizada. (Schluchter; Henrich; Offe, 2009).

Como foi mencionado, a maior parte destes grupos é tradicionalmente constituída por pequenos trabalhadores, originários em algumas gerações de famílias ligadas ao corte da cana dos antigos engenhos, com baixos níveis de escolaridade, que migraram historicamente para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida e que continuam promovendo a manifestação de modo bastante informal e intuitiva.

Deste modo, apesar de seu largo conhecimento no feitio da brincadeira, na costura das indumentárias, na improvisação de versos, na execução dos instrumentos, na evolução das suas personagens, nos segredos da manifestação, observa-se que estes brincantes

---

<sup>5</sup> Como observa Oliveira (2005, p. 60), “refletir como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para definição de seu lugar social: a condição de ‘não-criança’, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.”

normalmente demonstram inúmeras dificuldades em lidar com os trâmites formais e burocráticos, supostamente “racionais” e “objetivos” das políticas públicas que cada vez mais são estabelecidos.

Na minha experiência como servidor público ligado ao campo cultural, pude presenciar, com frequência, por exemplo, situações em que os mestres de cultura popular, muitas vezes analfabetos ou semi-alfabetizados, enfrentavam enormes constrangimentos ao lidar com as exigências de formalização e burocratização impostas pelo poder público. Além disto, estes agentes pareciam ter enormes dificuldades em compreender os mecanismos recém-criados, transmitidos por meio das oficinas, seminários, cursos ou outras ações de capacitação promovidas pelas diferentes instâncias da administração pública, para lidar com a referida burocracia.

Deste modo, considerando a especificidade das manifestações de cultura popular e da condição social de seus representantes, mais do que pensar em “políticas de redistribuição”, talvez seja importante pensar em políticas diferenciadas. Ou seja, mais do que propor processos de capacitação para lidar com os atuais trâmites burocráticos, talvez seja importante repensar na própria reformulação da “burocracia”, no sentido dos mecanismos necessários para garantir o incentivo, o apoio e o fomento às culturas populares.

Acredito que é possível, combinar as políticas de redistribuição, com o que Nancy Fraser (2006) chama de “políticas de reconhecimento”, que são destinadas a casos, quando as diferenças requerem ações específicas. Conforme esta autora, as políticas de reconhecimento são utilizadas quando se deseja chamar atenção para a particularidade de determinado segmento social e direcionar ações diferenciadas para o mesmo.

Não quero dizer com isto que os mestres das manifestações das culturas populares, como é o caso do maracatu rural, não tenham a capacidade de apreender determinados conteúdos transmitidos nos diferentes seminários, oficinas e cursos de capacitação voltados ao seu segmento. Não se trata de uma questão de capacidade intelectual. Taylor (1998) chamou atenção para o fato de que, as políticas de reconhecimento, quando aplicadas de forma incorreta, podem contribuir para a inferiorização dos agentes aos quais elas se destinam.

Estou mais inclinado a pensar, como observa Candau (2005, p.18) que “a igualdade que queremos construir assume o reconhecimento dos direitos básicos de todos(as). No entanto, esses todos(as) não são padronizados(as), não são os(as) mesmos(as), têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elementos presentes na construção da igualdade.” Ou, como afirma Santos (2001, apud Candau, 2005, p. 17), “as pessoas e os grupos sociais têm o

direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

Levando em consideração as especificidades de manifestações, tais como o maracatu de baque solto, penso que é possível desenvolver políticas culturais mais justas, em que os recursos públicos possam de fato ser distribuídos em de forma mais simplificada, com a segurança necessária para garantir a probidade administrativa, mas sem toda a complexidade destes aparatos burocráticos atualmente criados.

Como afirma Geertz (2001), o relativismo é importante, não como uma forma de negação da possibilidade de se estabelecer acordos gerais, mas justamente pela possibilidade de construí-los com base num alargamento de nossa visão acerca do “outro”. Acredito que, levando em consideração esta possibilidade de alargamento da nossa visão, é possível pensar em políticas que permitam, neste caso, que os recursos públicos sejam, de fato, direcionados eficazmente a quem eles se destinam, às manifestações das culturas populares e aos seus representantes.

### **Considerações Finais:**

As políticas públicas em torno das culturas populares tem passado por um crescente processo de institucionalização e burocratização nos últimos anos. Buscando implementar ações no campo cultural de forma supostamente mais justas, democráticas e transparentes, o poder público tem, aparentemente, recorrido a uma série de mecanismos, mais ou menos consagrados em outros campos, para gestão dos recursos públicos.

Os grupos culturais, deste modo, passaram a sofrer uma série de exigências de formalização, de tributação, de concorrência pública e de prestação de contas e, para que estes possam se enquadrar às novas exigências, o poder público passou a promover uma série de ações de “capacitação” para os agentes culturais.

Manifestações populares, como o maracatu de baque solto, entretanto, ao que se percebe, enfrentam diversas dificuldades ao lidar com estas novas formas de relação com o poder público. Devido à condição social, em especial as limitações do ponto de vista educacional de seus agentes, boa parte de seus integrantes, enfrentam enormes dificuldades e operacionalizar os mecanismos necessários para concretizar o apoio e o fomento às suas manifestações culturais.

Neste sentido, acredita-se que o desenvolvimento de políticas diferenciadas pode gerar conseqüências mais adequadas para lidar com tais especificidades. Mais do que tentativas de

“formar” os grupos a operacionalizar os mecanismos recém-criados, penso que é importante “capacitar” o poder público para reformular a atual “burocracia”.

## REFERÊNCIAS:

ALBERNAZ, Lady Selma F. (2004) *O “Urrou” do Boi em Atenas: Instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

ARANTES, Rogério B. et al. (2010) “Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: legislativo, tribunal de contas, judiciário e Ministério Público” in LOUREIRO, Maria Rita; ARBUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia. (Orgs.) *Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI*. FGV, Rio de Janeiro. p. 107 – 147.

BOURDIEU, Pierre. (2006) *O Poder Simbólico*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_ (2009) *A Economia das Trocas Simbólicas* 6ª. ed. 2ª. reimp. São Paulo: Perspectiva.

CALABRE, Lia. (2009) *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV.

CANDAU, Vera (2005) “Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios” In. CANDAU, Vera (Org). *Cultura(s) e Educação*. Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, p.13-38.

COSTA, Leonardo; MELLO, Ugo; FONTES Juliano, Viviane (2010) “Avaliação de área de formação em organização da cultura: apenas ações de uma política estruturada?” in RUBIM, Antônio A.C. (Org) *Políticas Culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA. p. 67 – 85.

FRASER, Nancy (2006) “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’” in *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15. p. 231-239.

GEERTZ, Clifford (2001). *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

GRUMAN, Marcelo. (2008) “Políticas públicas e democracia cultural no Brasil” in *Enfoques On-Line: Revista Eletrônica dos Alunos de Pós-Graduação em Sociologia*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 7, n2, p. 9 – 26.

GUERRA-PEIXE, César. (1980). *Maracatus do Recife*. Vol. XIV, São Paulo: Irmãos Vitae.

MEDEIROS, Roseana B. (2005) *Maracatu Rural: luta de classes ou espetáculo?* Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.

NASCIMENTO, Mariana Cunha M. (2005) *João, Manoel, Maciel Salustiano: três gerações de artistas populares recriando os folguedos de Pernambuco*. Recife: Associação Reviva.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. (2005) “Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem” in *Educação como exercício de diversidade*, Brasília: UNESCO, MEC, ANPED. p. 59 – 82.

REAL, Katarina. (1990) *O Folclore no Carnaval do Recife*. Recife: Massangana.

RUBIM, Antônio A. C. (2007) “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios” in RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA. p. 11 – 36

SCHLUCHTER, Wolfgang; HENRICH, Dieter; OFFE, Claus (2009) “Weber e o projeto de modernidade” in COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: 2ed. Azougue. p.125 - 161

TAYLOR, Charles (1998) “A Política do Reconhecimento” In. TAYLOR, Charles (Org). *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 45-94.